

Economia e Geopolítica: Industrialização como Fator de Poder no Terceiro Mundo

Economy and Geopolitics: Industrialization as Factor to Power in the Third World

José Alexandre Altahyde Hage*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 143, mai.-jun. 2014 [p. 28 a 34]

Se existe um campo das ciências sociais que não entra instantaneamente no radar do pensamento geopolítico tradicional europeu é o desta economia. Espaço, território, população e o tamanho das forças militares teriam precedência. À primeira, vista não há grandes reflexões geopolíticas sobre desenvolvimento industrial, crescimento econômico ou papel dos mercados, se devem ser eles regulados ou coordenados pelo poder público. Haveria um equivalente econômico de Harold Mackinder, por exemplo, aplicado à geopolítica? Em que medida algumas matérias-primas passaram a ser estratégicas, portando de interesse geopolítico? Quais foram os países que se filiaram a essas preocupações? Seria correto dizer que na Europa do século XIX não havia tais investigações?¹

Na leitura sobre a razão da riqueza em Friedrich Ratzel, das condições ambientais e materiais, Robert Moraes escreve: “(...) sem alguma riqueza não há momentos de descanso e sem esses não existe possibilidade de progresso intelectual. As condições naturais são entendidas como estímulos ou freios ao desenvolvimento dos povos” (MORAES, 1990: 21). Neste ponto, haveria como imaginar uma geografia econômica com o fito de demonstrar que a sorte dos Estados não aconteceria sem o concurso de estoques mínimos de recursos naturais para formação de riqueza nacional nem das condições propícias dadas pelas características geográficas de implicações geopolíticas, quando passam a ser trabalhadas no âmbito dos conhecimentos aplicados ao poder.

As industrializações europeia e norte-americana não obedeceram obrigatoriamente a um projeto geopolítico, seguindo uma consciência orientadora. Não se trata de discordar da máxima segundo a qual uma economia moderna angaria poder e prestígio ao Estado. A Revolução Industrial transformou amplamente a vida britânica, possibilitando aumentar sua inserção internacional. A construção de ferrovias e indústrias de petróleo nos Estados Unidos da segunda parte do século XIX foi um avanço, até porque permitiu ao poder central daquele ligar as duas costas oceânicas para obter maiores mercados. Mas nem Mackinder, Ratzel ou Nicholas Spykman sugeriram planos nacionais de industrialização que fossem assumidos por comitês especializado britânicos ou alemães.

* Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (alexandrehage@hotmail.com).

1 É congruente afirmar que nos propósitos deste ensaio a relação entre o pensamento geopolítico com demais ramos das ciências sociais não é automática. Não seria lícito dizer que necessariamente haveria interesse natural entre geopolítica e recursos econômicos. A eleição daquilo que tem peso geopolítico se dá não pela existência pura do objeto econômico, mas sim pelo papel que ele pode representar na consecução do Estado, em sua elevação como grande potência. Em princípio, conceber aquilo que tem a ver com geopolítica depende mais de sensibilidade política da elite estatal do momento de que um trabalho temporal encontrado em um saber organizado e sistematizado. Kjellen advoga a autarquia para o nascimento de moderna economia nacional, mas não significa dizer que a autarquia seja, obrigatoriamente, um recurso geopolítico. Ratzel era cientificamente cosmopolita que acreditava no intercâmbio cultural para o engrandecimento nacional. Assim, abre-se a expectativa de que o protecionismo poderia ser econômico, mas não cultural ou científico, pois isso dificultaria o progresso do Estado (MORAES, 1990: 23).

É claro, seria equivocado dizer que não haveria ninguém do pensamento geopolítico com interesse na industrialização e nos efeitos que ela poderia acarretar na vida dos países. Ao menos não há autor cujo trabalho transborde o interesse inicial de sua época. Rudolf Kjellen havia escrito sobre a função da autarquia na promoção de progresso econômico. O objetivo do professor da Universidade de Uppsala seria a defesa aduaneira do Estado em vista de potências poderosas na arremetida de recursos internacionais. A proteção interna teria o propósito de fomentar a criação de empresas nacionais e a existência de mercado consumidor – mas sem se descuidar da agricultura, a base alimentar que não permite ser buscada no exterior sem provocar sérios contratemplos.

Nos anos 1900 o que o sueco faz é reaproveitar o debate anterior e atribuir-lhe corte geopolítico, uma vez que a saúde econômica do Estado o leva a obter posicionamento mais bem posto no sistema internacional perante homônimos que já são industrializados ou estão em via de sê-lo. O Reino Unido usa seu arcabouço bélico para garantir o abastecimento alimentar saído das colônias, sem o qual a população das ilhas britânicas passaria fome. A Alemanha imperial, no final das contas, acaba seguindo os passos da primeira ao procurar criar zona de influência e complementaridade econômica no Oriente Médio e África do Norte. A ferrovia Berlim-Bagdá é exemplar na ação germânica de concepção econômica que depois teria significado geopolítico (KJELLEN 1975: 59).

Em parte, o que Kjellen procura sugerir já havia sido concebido por políticos e pensadores norte-americanos e alemães de meados do século XIX. Nesta seara destacam-se o defensor do protecionismo estadunidense, Alexander Hamilton, partidário da industrialização induzida, calcada no mercado interno, e George F. List, advogando a mesma coisa para justificar o relativo desuso do valor agregado na agricultura germânica. Ambos serão tempos depois eleitos os intelectuais orgânicos das políticas, tanto internacionais quanto domésticas, alternativas ao liberalismo clássico de Adam Smith.

Mas começando pela última pergunta é possível responder que a preocupação econômica a partir dos vetores apontados acima, papel da indústria, não habitava a imaginação geopolítica das potências mais expressivas, Alemanha e Grã-Bretanha; nem a dos Estados Unidos da América e do Japão, para não se concentrar somente no Velho Mundo. Mesmo que apressado haveria condições de fazer uma hipótese sobre a relativa distância entre pensamento geopolítico tradicional e a economia dos moldes acadêmicos. A premissa seria que a industrialização pioneira, começando com a Inglaterra do século XVIII, não foi conclusão de um projeto geopolítico, organizado politicamente pelo Estado. Isto não quer dizer que o poder público tenha sido indiferente ao salto econômico do país.

Ao contrário disso, não faltam autores, antigos e contemporâneos, que apontam o interesse do Estado britânico, nomeadamente, na arquitetura de uma economia industrial. Karl Polanyi fez escola ao afirmar que a industrialização comandada pelo Estado não havia sido tão espontânea como se acreditava nos debates ideológicos a favor do livre-cambismo. O surto industrial daquele país havia não somente alterado radicalmente a dinâmica econômica e social; havia ganhado ares internacionais na medida em que a Grã-Bretanha se apresentava como potência militar e econômica por causa de sua excelência produtiva, exportando máquinas e capitais dentro de uma atmosfera que passara a ser conhecida pelo nome **pax britannica**, o auge de uma civilização europeia que ganhava nos 1880 o direito quase sagrado de ser mundial (POLANYI, 2000: 25).

A *belle époque* das finanças internacionais tinha como casal de abre-alas a exportação europeia de bens industrializados e de capitais provenientes de bancos da City londrina ou que por ela passavam. Eis uma amostra de rede internacional financeira que posteriormente passou a ser chamada globalização. Acontece que a dianteira britânica não saiu de algo equilibrado, aberto e democrático. Uma vez chegado ao topo do sistema a grande potência procurava montar sua hegemonia, ou algo análogo, que costuraria sua liderança a contar com o poder militar, econômico e, se possível, com apegos morais que elegessem uma causa humanitária, o fim da escravidão. Entretanto, o Estado que chegasse à frente não abria mão da preeminência sem provocar crises, conflitos e guerras.

Na versão das metáforas há quem diga, a exemplo de Vilfredo Pareto, que a história é um cemitério de aristocracias, classes sociais outrora vigorosas que fenecem e dão passagem a outras que ultrapassam o rigor das antigas da circulação

das elites (PARETO in RODRIGUES, 1984: 78). Usando o mesmo raciocínio do sociólogo italiano pode-se dizer que a história das relações internacionais é um depósito de potências hegemônicas, de países que usufruíram grande prestígio e poder por determinado tempo. A decadência de uma potência dessa estirpe ocorre militar e economicamente. A indústria nacional, de antemão, perde dinamismo na exportação em face da concorrência internacional ascendente; os bancos deixam de ter papel proeminente junto aos grandes financiamentos industriais e infra-estruturais de outrora. Em paralelo à decadência da primeira outra potência emerge e ocupa aquelas funções políticas, o que se estende de igual forma para o setor de segurança e estabilização do sistema.

Apesar da certeza de que as potências que gozam de grande reconhecimento decaem, cumprindo uma lei da geografia política, nos dizeres de Ratzel, elas procuram retardar ao máximo tal acontecimento; modificam o padrão militar, renovam a economia e pesquisam mais. Uma das formas de retardar o outono é não “socializar” aquilo que adquiriram nem permitir intercâmbios dúbios por motivos virtuosos das relações internacionais, embora sejam temas usados para promover boa imagem de hegemonia cuidadosa: o empenho pela harmonia internacional, pela justiça ou pela democracia. Usando expressão de um professor da Universidade de Cambridge as grandes potências “chutam a escada” para que as disputantes não possam subir e ombrear com aquela que ora procura se conservar na cabeceira da política global (CHANG, 2004: 175).

Na segunda metade do século XIX passou a haver industrialização induzida pelo Estado naquelas unidades cuja participação na economia internacional era à base da agricultura. Alemanha, Estados Unidos Rússia e Japão se filiam ao termo *capitalismo tardio* pelo fato de se industrializarem por meios não espontâneos e no tempo considerado propício, ao nível de Grã-Bretanha, Países Baixos e norte da Itália. No estilo tardio o poder público incentivaria o crescimento de setores da economia nacional, ajudando empresários, financiando novas empresas e protegendo outras. A parte setentrional da península italiana já seria alçada à primeira etapa da industrialização clássica, no século XVI, por meio de empresas de tecidos, metalurgia e vidros. A revolução transformadora que fez nome na Inglaterra seria etapa superior à iniciada com a Itália.

O acarretamento econômico na geopolítica ganhou ares pela industrialização na medida em que os países de capitalismo tardio tencionavam subir na escala internacional de poder (diga-se escala informal) e sair da dependência britânica sobre produtos transformados, principalmente os do setor metalúrgico, aço, na composição de armas para o exército, canhões, e cobertura metálica para as marinhas de guerra, os encouraçados. Escapar da situação vista por vulnerável era negar os pressupostos intelectuais e políticos que amparavam a maneira sobre a qual se organizava o mercado internacional, as trocas produtivas entre os países que, no final das contas, não era conveniente para aqueles que tencionavam se industrializar em vista dos aspectos de poder.

No ambiente de capitalismo induzido contrariar pressupostos intelectuais da economia era de igual modo superar os clássicos que conformavam o modelo de divisão comercial que posteriormente passou a ser conhecida pelo termo Divisão Internacional do Trabalho em que política e intelectualmente legitimava o papel britânico, e mais alguns poucos, de fornecedor de produtos industrializados em troca de matérias-primas. Diferente do que passou a haver em meados do século XX a diferença não se dava entre Europa Ocidental e Terceiro Mundo, mas entre a Europa industrializada e a agrícola. David Ricardo, um dos clássicos pensadores da economia concebia assim o concerto de trocas internacionais, observando que se as condutas informais fossem respeitadas tudo caminharia bem:

A Inglaterra exportava seu tecido em troca de vinho porque, dessa forma, sua indústria se tornava mais produtiva para o país; Portugal importava tecido e exportava vinho porque a atividade portuguesa poderia ser mais beneficentemente utilizada por ambos os países na produção de vinho. Se houver maior dificuldade na produção de tecidos, na Inglaterra, ou na produção de vinho, em Portugal (...) o comércio imediatamente cessará (RICARDO, 1973: 324).

Para o pensamento político empregado nos Estados agrícolas, que ressentiam por possuírem pouca importância na economia industrial, sair da situação inferior no sistema internacional implicava contrariar a Grã-Bretanha, o *Padrão Ouro*, e substituir ideologicamente os advogados neoclássicos por partidários do protecionismo. Em outras palavras, seria ligar o termo política com o da economia adjetivada; fazer “política econômica”. Seria levar ao poder público a capacidade de regular a economia interna, atentar para os conflitos setoriais entre os agentes envolvidos, adentrar na produção de itens que não atrairiam atenção dos empreendedores privados por falta de condições financeiras, pelo mercado oligopolizado ou por complexidade tecnológica. Em última instância, poder influenciar ou planejar minimamente a economia nacional, não por capricho governante, mas por causa de graves disputas interestatais (LOMBARDINI, 1986: 968).

A inversão político-econômica vinha sendo feita lentamente para diminuir atmosfera livre-cambista na ordem econômica mundial. Um dos fundadores do moderno pensamento da política internacional, Edward Carr, havia indicado que a economia liberal, do após 1919, tinha um quê de ideologia com feições anglo-americanas, de representar o poder daquelas duas potências, cujos interesses eram a conservação do sistema de trocas, a emergência das praças londrina e nova-iorquina na promoção de empréstimos a todo o mundo, no financiamento das reconstruções de guerra e na tentativa de se manter a chamada harmonia de interesses, em que haveria complementação entre os desejos comerciais dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e demais países (CARR, 1981: 52).

Tudo isso soava como hipocrisia para os países sem grandes estruturas industriais e tecnológicas. Era coisa arranjada de quem procurava manter o poder internacional e congelar manifestações e ascendências de concorrentes na cabeceira do sistema; e assim teria na mira, à primeira, vista a Alemanha dos anos 1930. Não só esta última, mas um rol de periféricos e semi-industrializados que gostariam de minar a preeminência político-econômica anglo-americana. A contestação aberta contra as potências liberais se dividia em duas vias. Uma de teor revolucionária socialista contra a ordem burguesa, da propriedade privada como valor supremo e ao imperialismo, à moda de Lênin. Eis a União Soviética. A outra seria liderada pela Itália fascista, nos primeiros anos, defendendo a um papel primordial do Estado na regulação acima das classes sociais e contra o livre jogo do mercado internacional, visto por viciado e ao gosto dos países centrais.

O curioso é que em determinado tempo as argumentações corporativistas contra o liberalismo anglo-americano tinha pretensões universais ao falar em nome dos países pobres, da periferia, que não se contentavam em ser meros fornecedores de matérias-primas para o hemisfério norte. Neste campo, emergiam quase que automaticamente os integrantes da América Latina, em especial o Brasil “nacional-populista”. Porém, um dos modelos a servir de inspiração antiliberal foi a Romênia dos anos 1920/30 (LOVE, 1998: 184). Localizada economicamente na periferia da Europa Ocidental desenvolvida, foi país considerado uma das fontes intelectuais para autores que depois de 1945 ajudarão a fundar a CEPAL e da qual sairá a tradicional crítica a respeito dos desiguais termos de troca.

Uma das chaves para um entendimento antiliberal é encontrada na obra de Carl Schmitt e seu conceito chamado *Estado total* em oposição ao suposto Estado neutro, despolidizado, que não adentrasse nos ramos consagrados da sociedade civil. Termo caro da escola marxista, em que o poder público ficaria somente à espreita, respeitando regra cara, mas não assinada, a de que o Estado não se intrometeria na economia e na sociedade. Isso seria coisa do século XIX. Na atenção schmittiana o Estado total surge porque a sociedade, de diferentes modos, pede sua presença na regulação do jogo econômico e social, formando leis específicas, aprovando linhas de apoio ou demonstrando ordem. Por outro lado, não seria tão lícito assim reduzir o exposto acima a corpo doutrinário fascista, uma vez que até nas democracias haveria a convocação do Estado para dar azo às carências de educação de massa e saúde pública (SCHMITT, 1992: 52).

Operou-se a ligação da política com a economia, a política econômica, mas com algo ainda a ser verificado. Não se tratava de encarar as duas vertentes como iguais ou complementares ao gosto liberalismo, sempre em busca de

rearranjos possíveis. Tratava-se, pois de subordinar a economia à política, vale dizer ao Estado, em que não haveria a emergência dos atores individuais ou empresariais, do capital, mas sim a autonomia do político como esfera decisiva sobre a vida nacional. Desse conjunto cresce a postura autárquica e nacionalista que procura decantar apoiadores e opositores de um projeto de poder interno. Em uma realidade em que se deve deixar claro quem são amigos e inimigos na política internacional, não deve haver espanto nesta dualidade conceitual, paradoxalmente não fica fácil saber onde começa a guerra e em que instante vem a paz.

A inspiração profascista, protecionista e industrialista que ganhou terreno fértil da Romênia, país marginal da Europa Ocidental, locomoveu-se rapidamente para o hemisfério sul, a periferia de fato. No Brasil aquelas premissas animaram o debate sobre a necessidade de se obter parque industrial e infra-estrutura para romper a lógica da ascensão econômico-política do hemisfério norte. Não se tratava mais de apelo ideológico à direita para contestar a ordem internacional, liberal, mas desajustada para a maior parte dos países. O arcabouço nacionalista europeu se transmutou em progressismo, às vezes com coloração marxista de luta anticolonial muito ao gosto do Terceiro Mundo. Nele duas tarefas eram prementes: o desenvolvimento econômico e a autodeterminação.

Acredita-se que a migração do ideário nacionalista, industrializante, enfim, protecionista também pôde ser encontrado nos países centrais que tiveram convívio não tão harmônico e equilibrado, não obstante o clima pesado da Guerra Fria. Antes era a Grã-Bretanha que nublava os interesses de corte global da Alemanha ou Rússia. No após 1945 são os Estados Unidos que perturbam a projeção das potências ocidentais, o que toca à primeira vista a França. Outrora grande potência se apegava Paris àquilo que pode para manter um pouco de respeitabilidade. Neste aspecto, o Terceiro Mundo se organiza para se proteger da Europa, que se protege de Washington pela integração regional. O economista alemão Werner Sombart demonstra alguma contribuição nos esforço de relacionar geopolítica e economia, inclusive apontando uma manifestação da dualidade internacional:

Devemos distinguir um Centro capitalista – as nações capitalistas centrais – de uma massa de países periféricos, conforme vistos a partir do Centro; os primeiros são ativos e dirigentes, os últimos passivos e subordinados. A Inglaterra era o Centro capitalista na primeira metade do século XX; mais tarde, no período mais longo do Alto Capitalismo, a Europa ocidental juntou-se à Inglaterra. E por fim, na última geração, a parte leste dos Estados Unidos ascendeu (alcançando o Centro) (SOMBART *apud* LOVE, 1998: 256).

Dentro de uma reflexão os países periféricos de hoje são os de capitalismo tardio de ontem. Tanto na era contemporânea quanto na anterior uma das funções do Estado é induzir o crescimento e o fomento de poupança doméstica. Parece que uma criação que não é do mundo subdesenvolvido, embora não seja muito marcante no hemisfério norte antes dos anos 1950, o planejamento governamental tem sido presente na evolução dos países pobres. Com efeito, os planos são mais afeitos às economias autárquicas, sendo encontrados nas unidades políticas corporativistas (e análogas) e na União Soviética, ambientes mais propícios a instituir fórmulas de desenvolvimento econômico em alternativa à ausência de instrumentos históricos de crescimento que podem ser ausentes momentaneamente em virtude de tremendos conflitos políticos e guerras (LAFER, 1970: 10).

Tudo isso se dá porque a situação da economia internacional se complica constantemente. Dentro da visão clássica o mercado exterior provém da livre iniciativa dos agentes econômicos, empresas e Estados. Nesta premissa haveria livre jogo em que os atores exerceriam seu papel de forma a buscar a concorrência perfeita ou algo perto disso. A questão de fundo é que no âmbito internacional a economia nunca deixou de ser capitaneada por alguma potência que a regulasse por meio dos fatores nacionais de poder. Caso exemplar, o do Reino Unido, em que controlou quase que unicamente a economia internacional em todo o período de equilíbrio saído do Concerto Europeu de 1815. Sistema livre-cambista e instrumentos arrefecedores de guerras eram convergentes.

Estas observações permitem a interpretação de que o mercado internacional não fora livre na áurea transição do século XIX para o XX, até 1914, nem na era dourada que vai do final dos anos 1940 até a crise norte-americana de 1971, em que mais uma vez foi descartado o Padrão Ouro das instituições de Bretton Woods. Com efeito, não deixa de ser pregação ideológica a máxima segundo a qual o progresso econômico das nações se deu (ou se dá) pela liberdade comercial. Porventura, as grandes potências interessadas em um tipo de estabilidade, têm condições de imprimir relações proveitosas entre o poder estatal e empresas nacionais ou multinacionais. François Perroux, crítico referencial do corporativismo (LOVE, 1998: 41) discorre sobre o tema: “Que o mercado mundial não se constitui por si próprio e nas melhores condições econômicas para todos graças às reações espontâneas das empresas sujeitas à lei da concorrência e do preço não oferece qualquer dúvida a um analista respeitador da verdade” (PERROUX, 1967: 316).

Se o mercado internacional é regulamentado por algum tipo de convenção o mesmo pode ser válido para seus desdobramentos, os preços das mercadorias, o controle global dos financiamentos empresariais e dos transportes. À primeira vista, os preços dos produtos resultam do livre jogo dos atores, dos empreendedores que reconhecem possibilidades de maximizar investimentos ao mesmo tempo em que cumprem algo de importância social. Todavia, em nível maior de atividade o mercado internacional não se torna arena aberta em que todos ganham de igual modo; ele é comandado por grupos bem constituídos que contam, se for necessário, com a anuência política e jurídica dos Estados onde tais empresas têm sedes. Em linguagem específica, a economia passaria a ser regida por monopólios, cujas ramificações se espalham por vários países e setores.

Os países industrializados não separam a atividade econômica do mercado internacional do viés estratégico que o assunto comporta. Em situação de larga distância de poder entre os hemisférios norte e sul caberia aos periféricos “queimar etapas” no campo do desenvolvimento e progresso técnico para diminuir disparidade encontrada entre países ricos e pobres. No pensamento geopolítico a função primeira do poder público de um país periférico, mas com vontade nacional, é trabalhar o máximo possível os elementos domésticos que, atuando sob projeto coerente, buscam posição de relevância na vida interestatal (PERROUX, 1967: 327). Em outras palavras, o Estado procura construir poder para ser reconhecido como ente possuidor de poder suficiente para suportar conflitos e disputas por recursos econômicos e meios políticos valorizados pelas grandes potências.

Relação Bibliográfica

- CARR, Edward. *Vinte Anos de Crise*. Brasília, Edunb, 1981.
- CHANG, Ha-joon. *Chutando a Escada*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.
- KJELLEN, Rudolf. “Autarquia”. In RATTEMBACH, Augusto (org). *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1975.
- LAFER, Betty (org). *O Planejamento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1970.
- LOMBARDINI, Sírio. Verbete: “Política Econômica”. In BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO. *Dicionário de Política*. Brasília, Edunb, 1986.
- LOVE, Joseph. *A Construção do Terceiro Mundo*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- MORAES, Antonio Robert (org). *Ratzel*. São Paulo, Ática, 1990.
- PERROUX, François. *A Economia do Século XX*. Lisboa, Herder, 1967.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- RICARDO, David. “Princípios de Economia Política”. In *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- RODRIGUES, José Albertino (org). “Pareto”. *Sociologia. Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1984.
- SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político*. Petrópolis, Vozes, 1992.

Resumo

O artigo procura compreender o papel da industrialização no pensamento geopolítico tradicional europeu. Como o progresso econômico foi importante para os antigos países de capitalismo tardio, como Alemanha, e para que o grupo do Terceiro Mundo pudesse contestar a estrutura Norte e Sul.

Abstract

The paper aims understand the role about industrialization in the traditional European geopolitics though. How the economic progress was important to the antique late capitalism countries, as Germany, and to the Third Worlds group could contest the North-South structure.

Palavras-Chave: Pensamento Geopolítico; Industrialização; Países Periféricos

Word-Keys: Geopolitics Though; Industrialization; Peripheral Countries

Recebido em: 28/04/2014

Aprovado em: 06/05/2014